

ALGUMAS QUESTÕES IDEOLÓGICO-EDUCATIVAS DA EXTREMA-DIREITA

Gilmar Henrique da Conceição

INTRODUÇÃO

Em meus estudos tenho me concentrado na busca do entendimento entre educação e política, a partir da idéia de que todo processo educativo é partidário, no sentido ético-político, pois congrega mentes e corações. Segundo este entendimento todo partido político é um educador e ainda jornais, rádios, canais de televisão, igrejas, Forças Armadas são partidos ético-políticos. Assim, meus trabalhos procuram desenvolver a idéia de partido político como agente educativo. A palavra “partido” que designa o objeto de nosso estudo, sugere que se trata de uma “parte” da sociedade que aspira hegemonizar uma concepção global da ordem econômica, social e política, e “arte de fazer política” pode ser entendida como a habilidade de unir e somar forças num determinado campo ideológico. Daí que a necessidade de convencer, educar, doutrinar e engajar o maior número de pessoas no seu projeto partidário, surja como corolário da militância política. O caráter do partido parece se definir no que transmite, a quem transmite e como transmite.

Meus estudos têm como recorte teórico os partidos extremistas; sejam eles de extrema-direita ou extrema-esquerda. O parâmetro “extremista” não é rígido, ainda que possamos encontrar certos princípios que lhe conferem identidade política. O extremismo, seja qual for o fim por ele prefigurado (de esquerda ou de direita) milita pela ruptura da ordem social. Para a extrema-direita, a ruptura da ordem destina-se a preservar o *status-quo*; para a extrema-esquerda a ruptura da ordem destina-se a criar uma outra ordem. Sintetizando, podemos dizer que direita e esquerda – em certo aspecto – estão ligadas por uma mão dupla; a primeira sendo inversão da segunda, e a reação que segue a ação.

Apesar da complexidade do tema, nazifascismo e comunismo representam, na história deste século, a maior antítese entre esquerda e direita. Em vista disto o comunismo e o nazismo não podem ser comparados sob um ótica unilateral e unidimensional. No que se refere ao primeiro, trata-se de um “ideal” que percorre toda a

história da humanidade, enquanto o segundo, desde o início, foi considerado pela maioria dos povos como “teoricamente falso e moralmente perverso”.

Por ser um fenômeno eminentemente histórico, é necessário distinguir os diferentes tipos de partidos extremistas surgidos ao longo do tempo, com distintos projetos. Na dinâmica das lutas sociais, podemos distinguir diferentes posições políticas, a partir da busca de distinção entre esquerda e direita. Nas chamadas sociedades democráticas, colocam-se, entre a direita e a esquerda, posições intermediárias. As partes têm, entre si, convergências e divergências que tornam possíveis as mais variadas combinações. Assim, o centro pressupõe a antítese; se existe o centro, em cada um dos partidos há uma direita, situada mais à direita, e uma esquerda, mais à esquerda. Desse modo, no âmbito da esquerda localiza-se uma esquerda moderada, que tende ao centro, e uma esquerda extrema, que se contrapõe ao centro.

Minhas análises se iniciaram com o estudo das escolas militares e do modo como reproduzem os quadros das Forças Armadas e o *establishment* da defesa, porque os militares são agentes importantes na história da América Latina e o poder militar no Brasil tem sido decisivo no direcionamento do país. Em meus estudos de mestrado procurei investigar algumas questões: a) como o “partido militar” se constituiu como um partido extremista para preservar a ordem; b) em que medida as Forças Armadas (notadamente o Exército, que foi o principal agente da repressão política no Brasil) constituem espécies de partidos no sentido ético-político, c) como se configura a formação ideológico-educativa militar. Neste estudo fiz uma análise profunda e abrangente do período histórico que se inicia com a fundação das escolas preparatórias de cadetes do Exército nos anos 40 até o início dos anos 90, no Brasil. Este pesquisa foi publicada sob o título **O Partido Militar e as Escolas do Exército: a educação e a formação militar**.

Já em meu trabalho de doutorado estudei a extrema-esquerda brasileira “massista” e “militarista” publicado sob o título **Partidos Políticos e Educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. As organizações de extrema-esquerda consideram o fenômeno político-educativo como inerente à teoria da revolução e o seu conceito de revolução articula-se com a educação de seus militantes, de acordo com as matrizes doutrinárias que lhe dão fundamento. Desta maneira, neste estudo faço uma análise do período histórico que se inicia com o

surgimento da extrema-esquerda massista, inspirada em Trotsky, que surgiu nos anos 30 como oposição e alternativa ao stalinismo. O percurso de minha análise continua pelos anos 60 com a atuação da extrema-esquerda militarista, que surgiu de inúmeras cisões no Partido Comunista, fundamentando-se no guevarismo e no maoísmo. Como sabemos as organizações militaristas no Brasil foram desbaratadas pela repressão política desencadeada pelo regime militar no final da década de 1960. Em contrapartida, a extrema-esquerda massista sobreviveu à repressão e se expressa atualmente em alguns partidos políticos, de modo que avancei com este estudo até o ano 2000.

Finalmente, nos últimos anos tenho me dedicado também a estudar a relação entre educação e política no âmbito da extrema-direita. Este artigo inédito é parte de minhas investigações atuais. Neste artigo tenciono chamar a atenção para o fato de que, em seu desenvolvimento, estarei argumentando no sentido de que o fascismo e nazismo constituíram-se em escolas políticas de extrema-direita que objetivavam o aniquilamento dos liberais, dos socialistas, dos comunistas e dos judeus. Buscarei demonstrar de que forma o nazifascismo, historicamente, constituiu-se na maior força política de extrema-direita, no plano internacional e porque obteve o consenso dos seus povos, notadamente da Itália e Alemanha.

O nazifascismoⁱ não é um fato do passado; suas rearticulações se fazem presente neste início de terceiro milênio. A crise econômica, o desemprego, a degradação do nível de vida, a desesperança generalizada, o ressurgimento de velhos preconceitos raciais e éticos favoreceram, a partir dos anos 80, a retomada de movimentos nazifascistas. Tais militantes difundem idéias racistas, separatistas e anti-semitas, realizam pichações difamatórias, depredações e também agridem fisicamente, estupram e matam. Felizmente, todavia, o nazifascismo em nossos dias não se apresenta – em termos de organização e programa - como constituído por grandes blocos e sim de forma pulverizada, notadamente nos países europeus. No caso da Europa, os nazifascistas manifestam-se de forma brutal e têm nos estrangeiros o alvo principal de ataques, em especial Alemanha, Áustria, França e Itália. Dentre estas forças nazifascistas, os *skinheads* têm ganhado destaque na mídia. Usualmente associa-se os *skinheads* à extrema-direita, porque, de fato, um setor dos *skinheads* aderiu ao nazifascismo. Quase sempre, entretanto, os jornais simplificam demais ou generalizam quando colocam num mesmo bloco todos os *skinheads*, e mesmo os *punks*, por isso é necessários alguns esclarecimentos preliminares.

Como sabemos, os *skinheads*, os *punks* e os *hippies* são movimentos de contracultura e apresentam conteúdos distintos. Nem todos os *skinheads* são racistas ou simpatizantes do nazifascismo. Desse modo é importante esclarecer que os *skinheads* estão rompidos em várias frações, mas basicamente podemos distinguir em seu interior um setor de extrema-direita e um setor de extrema-esquerda. Os *White Power*, junto com a *Aryan White Resistance*, por exemplo, são *skinheads* de extrema-direita. Há, também, os que são de extrema-esquerda como os *RASHs*¹. Buscando rastrear as origens mais imediatas destes movimentos podemos tomar como referência os anos 60 e 70. Os *skinheads* surgiram na Inglaterra dos anos 60, com jovens que começaram a raspar a cabeça (como “atitude” e como higiene, pois os piolhos infestavam os cabelos, notadamente dos trabalhadores dos portos), e que criticavam a “ingenuidade” dos *hippies* com seus cabelos longos e seus discursos de “paz e amor”. A partir do final dos anos 70, uma organização inglesa de extrema-direita denominada *National Front* viu no violento cotidiano dos *skinheads* e dos *hooligans* um terreno propício para a pregação da “supremacia branca” e do nacionalismo extremado. Os *punks* – que têm aproximações e diferenças com os *skinheads* – surgiram também na Inglaterra, na segunda metade dos anos 70, com temas niilistas, roupas rasgadas e um espírito rebelde e contestador. Todavia, a rigor não são militantes de extrema-direita.

O fenômeno nazifascista que se desenvolveu entre 1919 e 1939 e as formas em que se desdobrou até os nossos dias, (tais como, por exemplo, no Brasil, no discurso político de membros da extrema-direita, na prática de um setor dos *skinheads* de forma geral, nos núcleos do *White Power*, e dos “carecas do ABC”, em particular, que atacam, inclusive, nordestinos e homossexuais), tem provocado estudos e reflexões de vários matizes. Há, inclusive, um minoritário movimento nazifascista brasileiro que se dedica ao separatismo e que prega a superioridade do povo sulista. Ou seja, este movimento almeja a “República dos Pampas” (que, conforme prega, conteria os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), constituindo-se numa espécie de um núcleo de partido de extrema-direita sulista que pretende que o sul do Brasil se separe dos demais Estados, para que este deixe de ser “explorado por baianos e paraibás” e deixe de “sustentar o nordeste parasita”, que “suga” o trabalho e os impostos que são pagos pelos habitantes do sul.

¹ RASHs: sigla inglesa de *Red Anarquist Skinheads* (Shinheads Comunistas e Anarquistas).

Atualmente é muito comum o uso indiscriminado do epíteto “fascista”, seja nos partidos políticos de esquerda, no movimento estudantil, nas organizações sindicais ou no parlamento. Quase sempre o uso indiscriminado da palavra fascismo não reflete uma compreensão histórico-filosófica, o que contribui deveras para o esvaziamento político que o seu significado encerra, uma vez que fica reduzido a mais um adjetivo (quase sempre de insulto) entre outros. Todo conceito político que perde suas raízes contribui para confundir.

Nesta linha, é necessário questionar também o atual antifascismo “convencional” - ainda que não queiramos negar a sua importância - que procura, apenas, nazifascistas no passado, minimizando a rearticulação no presente, inclusive as que ocorrem em divulgações e propaganda pela Internet.

Há um livro do renomado estudioso Renzo de Felice (1976), cujo título original é **Le Interpretazione Del Fascismo**, onde ele discorre sobre as interpretações mais conhecidas e duradouras do nazifascismo, inclusive as interpretações “menores”. Apesar da enorme importância de seus estudos, Renzo de Felice, do ponto de vista teórico, acaba restringindo o emprego do conceito de “fascismo” aos movimentos liderados por Mussolini e por Hitler, bem como a outros movimentos diretamente ligados a eles. Discordamos do citado autor no sentido que o nazifascismo seja apenas um acontecimento do passado, pois isto nos impede de identificar as roupagens novas em que o nazifascismo, no presente, pode reaparecer – e tem reaparecido, como já observamos. Segundo este autor, são três as interpretações “clássicas” sobre o nazifascismo:

- a) a interpretação que vê o fascismo como um “acidente”, como uma “perda de consciência”, como “um desvio”, como um produto da crise moral da sociedade européia da primeira metade do século XIX. Com relação aos formuladores deste ponto de vista temos, na Itália, inicialmente, Benedetto Croce e, na Alemanha, Friedrich Meinecke.
- b) a interpretação que vê o nazifascismo como um produto dos processos atípicos e tardios de desenvolvimento econômico e de unificação nacional de alguns países europeus, sobretudo a Alemanha e a Itália. Esta interpretação considera o nazifascismo como produto lógico e inevitável do desenvolvimento histórico de alguns países, considerados “atrasados” economicamente e sujeitos à “desordem”. Considera, ainda, que há uma

continuidade entre a tradição – autoritária, militarista, imperialista, e anti-semita – e o nazifascismo. Entre os tais teóricos podemos citar Edmonde Vermeil, William Montgomery McGovern e Peter Virek.

- c) a interpretação marxista que considera o nazifascismo como um estágio decadente do capitalismo, ou, pelo menos, como um produto extremo da luta de classes. Entre os formuladores desta interpretação podemos mencionar alguns, tais como Arturo Labriola, H. Dobb, Paul Baran e Paul M. Sweezy.

De acordo com o quadro acima, nossa análise considera que o nazifascismo não é historicamente inexplicável, nem um fenômeno irracional e inevitável. Assim, pensamos que nossa exposição enquadra-se, predominantemente, na terceira interpretação mencionada, apesar de discordarmos do peso absoluto dado à tese do “nazifascismo como a expressão dos interesses do capital monopolista”. Ou seja, trata-se de fundamentarmos nossa concepção no processo histórico. Claro que uma única interpretação é insuficiente, pois não esgota todos os condicionantes; é preciso uma interpretação que considere o conjunto dos fatos. Não ignoramos, portanto, que existem vários pontos de partida para se estudar o nazifascismo: o psicológico, o religioso, o moral, etc., porém do nosso ponto de vista, tornam-se secundários uma vez que são os interesses e contradições das classes sociais que se desdobram em dimensões existenciais.

Do ponto de vista da história, coube à Itália produzir o grande modelo de Estado totalitário para vários países, em especial aos da Europa central e que se encontravam numa grave crise econômica, acompanhada de uma débil prática de democracia. Na Itália, particularmente depois de 1929, o fascismo revelou a que veio: combater o ascenso revolucionário e recompor as forças da burguesia. O que vale dizer: o nazifascismo não se constituiu em movimentos anticapitalistas - como pregava o seu discurso inicial – ao contrário, foi uma forma de reação das forças políticas conservadoras (as grandes indústrias monopolistas, os bancos e finanças em geral). Um elemento “pedagógico” comum a todos estes movimentos é o culto ao chefe, o desprezo pelo debate de idéias e o uso que fizeram da violência contra os adversários. De maneira geral, portanto, é com tais condicionantes históricos e com suas especificidades que surgem o “Duce”, o “Führer”, Francoⁱⁱ, Salazar e a Ação Integralista Brasileira – fundada pelo brasileiro Plínio Salgadoⁱⁱⁱ.

A ORGANIZAÇÃO, O PROGRAMA E AS QUESTÕES IDEOLÓGICO-EDUCATIVAS DO NAZIFASCISMO

Há uma dimensão educativa (ou “deseducativa”) na prática política do nazifascismo. Quem já teve a oportunidade de assistir o gênio de Charles Chaplin em **O Grande Ditador** pode começar a entender – entre uma gargalhada e outra – a que vieram os partidos nazifascistas. Entretanto, para compreendermos estes elementos é necessário recuperarmos aspectos históricos. O partido nazifascista era militarista autoritário; sua política era de confronto, de desprezo pela democracia parlamentar e advogava o nacionalismo para a construção de novos centros imperiais, como a Roma antiga. A expressão “Eixo Roma-Berlim”, usada por Mussolini e Hitler, colocou as duas capitais como centros econômicos e políticos dos países da Europa oriental e central. Isto impulsionou a Itália e a Alemanha para aventuras imperialistas. O nazifascismo, portanto, foi um dos fenômenos políticos mais expressivos do século XX; um movimento político de massas que, mais tarde, transformou-se em regime político totalitário. No qual, tudo e todos seriam abarcados, segundo Mussolini: “*Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado*”. (HARTENIAN, L 1988, p.49).

O apoio militar e a organização política são imprescindíveis a qualquer governo. A “natureza” das Forças Armadas tende a acompanhar a “natureza” do Estado. (CONCEIÇÃO, G.H., 2003, p.185). Assim, podemos constatar que a primeira coluna de sustentação do Estado nazifascista foi o Partido; a segunda foram as Forças Armadas. As Forças Armadas constituíram-se em suporte social, mas isoladamente elas não poderiam ter mantido o nazifascismo em funcionamento porque não podem substituir as forças produtivas. Para Mussolini e Hitler, em termos educativos, a figura do líder é a principal. Na visão de Hitler, por exemplo, cabia ao “homem forte” a realização das aspirações, por isso considerava que o homem forte é mais forte sozinho: Segundo ele, o líder e o partido devem estar em contínuo colóquio em que se interpenetram e se mutuam: “*O Führer é o Partido e o Partido é o Führer. Eu me sinto como uma parte do Partido*”. (HITLER, 1962,p.99).

Há uma questão fundamental a ser colocada: Por que coube à Itália e à Alemanha a produção destes modelos ideológico-educativos? Como resposta, inicialmente podemos afirmar que na Alemanha e na Itália, a Guerra havia produzido um elevado número de ex-combatentes socialmente deslocados e politicamente frustrados. Foi esse

grupo que se tornou a primeira tropa de choque do nazifascismo. É absolutamente correta a afirmação de que “a guerra mudou o destino de Hitler” (LUCKAS, John. 1998, p. 17) , pois com a rendição da Alemanha, em 1918, ele escreveu: “Foi então que eu decidi entrar na política”(Hitler,1962, p.33). Hitler considerava que o fracasso da Alemanha, na Primeira Guerra, deveu-se a judeus e comunistas que haviam traído os “interesses patrióticos”.

Do ponto de vista econômico a Itália conservava aspectos obsoletos, sendo que a agricultura ocupava 55% da população ativa. Toda a Itália era recortada em latifúndios, o que dificultava a modernização capitalista. Além do mais, o desenvolvimento industrial era precário, devido, em grande parte, à ausência de capitais, energias e matérias-primas. No Norte da Itália, entretanto, existiam algumas indústrias siderúrgicas, em Terni e Gênova. Esta situação contrastante foi estudada por Gramsci. Para Gramsci, o nazifascismo era a insurreição da mais baixa camada da burguesia italiana; a camada dos ignorantes e dos aventureiros, aos quais a guerra havia proporcionado a ilusão de servirem para qualquer coisa e de deverem contar para alguma coisa, que a degeneração política empurrou para a frente.

Aproveitando-se da desorganização parlamentar, da passividade do governo de Vitor Emanuel III e do apoio da alta burguesia italiana (receosa do movimento operário), Mussolini convocou os seus fascios para a marcha sobre Roma. Em outras circunstâncias, teria sido fácil se aos doze mil soldados do exército regular fossem ordenados aniquilar os trinta mil “camisas negras”, mal armados e sem muitas provisões. Naquele momento, porém, o que estava em jogo era o próprio Estado burguês. Daí o apoio dado ao nazifascismo. Todavia era uma espécie de remédio amargo que não dava para ser prescrito por muito tempo, uma vez que a longo prazo o nazifascismo poderia esconder riscos ao se tornar um movimento autônomo de massa.

Outro fato relevante é que o nazifascismo se desenvolveu durante a crise do Estado liberal e com a emergência de organizações operárias. Entre duas situações extremas trazidas pelo comunismo e pelo nazifascismo as forças do capital não titubearam em escolher a segunda opção. Malgrado, o nazifascismo não seja a forma preferida das sociedades capitalistas, ele pode ser acionado em “situações de emergência”, pois é a ditadura aberta do capital, ainda que com a aniquilação do domínio político da burguesia.

O nazifascismo foi um fenômeno “moderno” e dependia de uma base de sustentação de massas, mobilizada num partido político. Os partidos nazifascistas se desenvolveram no confronto político com o movimento operário e, ao se espalharem, fundiram-se e confundiram-se com outros movimentos de extrema-direita, nos diferentes países. Ele apresentou-se como ultranacionalista e inimigo da democracia liberal, tornando o anticomunismo a sua principal bandeira e mobilizando as massas com *slogans* demagógicos e belicosos, tal como “morte aos liberais, aos socialistas, aos comunistas e aos judeus”. A política nazifascista teve como ponto de partida a implantação do sistema unipartidário, pois previa o Estado dirigido por um partido único e por apenas um líder.

Os nazifascistas consideravam a violência uma arma política que deveria ser usada contra os socialistas e comunistas – seus principais opositores. Seus militantes eram estimulados a “descer o sarrafo” em reuniões de membros da esquerda. Os *squadri* (esquadrões fascistas), por exemplo, espancavam (e matavam) os esquerdistas individualmente, com grossos cassetetes, submetendo-os a humilhações e expulsando-os de muitas regiões. Em razão disso, proprietários de terra e de indústrias financiaram “expedições punitivas” dos *squadristi* contra trabalhadores, socialistas e comunistas.

O nazismo também tem raízes em certas correntes políticas de extrema-direita da Baviera, onde Hitler começou sua militância. O braço armado do nazismo se expressou com os esquadrões de veteranos (*Ordnertuppe*), a que se seguiram os S.A. (*Sturmabteilungen*), depois suplantados pelos S.S. (*Schutzstaffeln*). O nazismo, inclusive, se apoiava na polícia secreta - a GESTAPO - bem como num forte aparelho de propaganda. A exemplo dos fascistas, da mesma forma agiam as S.A. (tropas de choque) e as S.S. (tropas de assalto). Os nazifascistas propagavam o medo e a confusão para a conquista do poder político. Portanto, os “argumentos políticos” mais forte dos partidos nazifascistas foram os assassinatos, o terror, os fuzis, as pistolas, as facas e os porretes. Sedes de jornais da oposição foram destruídas e criminosos foram libertados e recrutados como chefes de esquadrões. Mussolini “argumentando” contra seus opositores de esquerda dizia: “*Vocês deviam receber uma carga de chumbo nas costas*”. (HARTENIANI, L. 1988,p. 42)

Não é possível, entretanto, compreender as massas sob hegemonia de Mussolini e Hitler recorrendo unicamente ao argumento do terror, pois não foi a violência, isoladamente, que levou os fascistas ao poder. Os esquadrões paramilitares do

nazifascismo, apesar da importância como tropas de choque no primeiro momento, não foram os fatores predominantes na conquista do Estado. Isto ocorreu como resultado das modificações da estrutura social italiana e alemã, por efeito de passagem ao domínio do capital monopolista.

Enquanto a direita tradicional tendeu a desmobilizar os trabalhadores e reduzi-los à passividade política, o nazifascismo tendeu a educar as massas na impressão de estarem em permanente mobilização e de terem uma relação direta com o Chefe. O nazifascismo rompeu com as questões ideológico-educativas dos liberais e dos conservadores e buscou modelar o ser humano pela educação, não apenas intelectual, política, moral, mas também e sobretudo biológica. Hitler e Mussolini entendiam que a propaganda não deveria instruir cientificamente o indivíduo isolado porque acreditavam que a faculdade de assimilação da massa era muito restrita. Assim, determinavam que toda propaganda eficaz deveria limitar-se a alguns pontos centrais, repetidos, incessantemente, pela ação de fórmulas estereotipadas, pelo tempo que fosse necessário até que os trabalhadores mais rudes e empedernidos estivessem em condições de assimilar a idéia. O programa nazifascista previa que os conteúdos pedagógicos de todos os estabelecimentos de ensino deveriam ser adaptados às exigências da “vida prática” e que a assimilação dos conhecimentos de instrução cívica deveria ser realizada nas escolas.

O nazifascismo somente se tornou uma real ameaça com a ascensão de Hitler ao poder, passando a se constituir numa das forças políticas mundiais, desafiando a esquerda (socialistas e comunistas) e os liberais. Para estabilizar a Europa, antes da Guerra, havia disposição, na Inglaterra e na França, por parte da maioria dos políticos conservadores de aderir ao fascismo italiano. Entre os “estabilizadores” Winston Churchill, por exemplo, era pró-italiano. A questão fundamental, porém, é que eles enfrentavam Hitler, que impossibilitou outra saída aos apaziguadores a não ser a guerra. Vários governos e diplomatas tentaram separar Mussolini da aliança com Hitler, mas não obtiveram êxito. Há um outro aspecto do rígido controle nazifascista sobre a sociedade a ser mencionado que foi a educação de crianças e jovens. Os projetos pedagógicos escolares tornaram-se instrumentos de doutrinação política. As guerras eram glorificadas e se ensinava que Mussolini transformara a Itália na “primeira nação do mundo”. Considerava-se que Hitler e Mussolini estavam sempre certos, por isso diante deles todos deviam dizer somente “sim”. Havia cartazes espalhados por

logradouros públicos, lembrando aos italianos que: “*Mussolini há sempre ragione*”. O lema das SS era: “*Meine Ehre ist Treue*”² O **Estatuto da Ação Integralista Brasileira** realçava a inquestionabilidade das decisões do Chefe Nacional. A educação objetivava: garantir lealdade canina à ordem nazifascista e inocular o hábito da obediência incondicional. Todas as crianças e jovens eram obrigados a participar de inúmeras organizações militaristas.

Numerosas associações tinham a seu cargo os diversos domínios da vida nacional. Os meninos de 10 a 15 anos tinham sua organização própria; os rapazes de 15 a 18 anos arregimentavam-se em entidades próprias; moças, mulheres, estudantes, trabalhadores, professores, advogados, médicos, técnicos, funcionários, ex-combatentes, artistas e intelectuais eram enquadrados em entidades específicas.

Mussolini foi influenciado também pelo seu genro, o conde Galeazzo Ciano, que manifestava estranheza pelo fato dos nazifascistas não terem abolido o Natal que, do seu ponto de vista, comemorava “*o nascimento de um judeu que ensinou ao mundo teorias debilitantes e desvitalizadoras*” (PORTO, H; SCHLESINGER, 1975, p.155). Mussolini, entretanto, aliou-se com setores da Igreja^{iv} e não combateu os cristãos nem procurou inculcar no povo italiano, sistematicamente, o anti-semitismo racial, de cunho hitlerista. A Igreja assinou com Mussolini, em 1928, uma Concordata que superou antigas divergências. Em 1931, foi publicada pelo Vaticano a encíclica **Quadragesimo Anno**, que apresentou uma inspiração antiliberal e revelava possíveis pontos de convergência com o fascismo. Mas, Mussolini não foi controlado pelo pacifismo da Igreja. Para Mussolini o fascismo deveria inculcar o “espírito antipacifista” na vida das pessoas, pois era “educação para o combate”. A organização nazifascista arremedou a organização comunista. Hitler inclusive propôs a criação de um partido antimarxista, fundamentado nas mesmas bases de disciplina e organização dos comunistas. Os comunistas tinham Escolas de Quadros e os nazifascistas, Escola de Chefes. Os nazifascistas copiaram elementos da organização bolchevique até para serem mais “eficientes” em sua luta contra eles. O nazifascismo saqueou o campo teórico do inimigo e, desse modo, Mussolini pode ser considerado como o primeiro “assaltante” de idéias roubadas do socialismo.

² “Honra significa subordinação cega”.

Neste momento podemos nos indagar: quais as fontes ideológico-educativas do nazifascismo? Responder a esta pergunta não é fácil, pois trata-se de uma questão polêmica sobre quais autores que, de uma forma ou de outra, “contribuíram” teoricamente para os elementos ideológico-educativos presentes no programa nazifascista. O tema das origens ou da inspiração é excepcionalmente amplo. Alguns autores (Cf. PORTO, H.; SCHLESINGER, 1975) buscam precursores do movimento fascista e da sua ideologia no Renascimento, outros, na Idade-Média e outros até na Antigüidade. De qualquer forma, o nazifascismo constitui-se, também, numa escola política de pensamento e de ação.

Ao aderir ao partido nazista Heidegger, ao que consta, teve inicialmente simpatias pelo radicalismo nazista, pois ele considerava que a tomada do poder pelos nazistas traria um novo começo e uma regeneração do clima intelectual e chegou a escrever: “Essa evolução [a revolução nacional-socialista] traz a completa reviravolta de nossa existência de alemães”^v. Apesar de algumas ambigüidades nos escritos de Heidegger não encontramos traços racistas, nem muito menos que tenha alguma vez concordado com a queima de livros e a perseguição a estudiosos.. Heidegger, inclusive, se recusou a tomar medidas policiais contra professores judeus, mas por outro lado, nunca se manifestou sobre o holocausto.

Hitler considerou Lutero uma das três maiores figuras da Alemanha, juntamente com Frederico, o Grande e Richard Wagner. Os nazistas anunciaram que a perseguição aos judeus era uma homenagem ao aniversário de Lutero, quando executaram seu primeiro massacre em larga escala em 9 de novembro de 1938. Como os últimos escritos de Lutero combateram os judeus com muita ênfase, os nazistas o citaram freqüentemente. Inclusive o nazista Julius Streicher argumentou durante sua defesa no julgamento de Nuremberg que nunca havia dito nada sobre os judeus que Lutero não tivesse dito 400 anos antes.

Na realidade, porém, o nazifascismo jamais teve preocupações sérias, no sentido de elaborar e desenvolver, com rigor e coerência, uma filosofia política, um pensamento unitário ou um programa partidário. O que não significa, por outro lado, que o nazifascismo não tenha se empenhado em instrumentalizar-se ideologicamente, buscando justificativas e inspiração em grandes pensadores; não raro realizando verdadeiros “estupros” intelectuais. Frases de inúmeros pensadores - tais como Santo Agostinho, Hegel, Nietzsche, Hobbes, Schelling, Schopenhauer, Kierkegaard, Dilthey,

Simmel, Splenger, Heidegger, Jaspers, Max Weber, Karl Mannheim, Kant, entre outros - foram pinçadas e utilizadas pela propaganda nazifascista.

Autores que explicitaram claramente simpatias pelo fascismo foram Gentile, Croce, D'Annunzio e Sorel. Assim, considera-se Giovanni Gentile o principal teórico do fascismo italiano pois em sua obra – de influência hegeliana -**Os Fundamentos da Filosofia do Direito** - procurou justificar o Estado italiano fascista. O escritor Gabriele d'Annunzio foi um importante expoente do nacionalismo xenófobo, e do sentimento popular belicista. D'Annunzio se tornou o primeiro modelo fascista ao implantar uma ditadura, ocupando a cidade de Fiume, e que durou pouco mais de um ano. Mussolini expressou simpatias pelo golpe de D'Annunzio e nele se inspirou.

Benedetto Croce, teve, inicialmente, simpatias pelo “Duce” mas posteriormente posicionou-se num movimento de resistência ao fascismo, porém sempre se recusando a realizar uma crítica profunda. Há, ainda, um outro “intelectual” muito valorizado por Mussolini, em seus pronunciamentos: o sindicalista Georges Sorel a quem, aliás, coube elaborar a doutrina fascista para os sindicatos. Ele era um fervoroso apologista da violência e da ação. O fascismo queria formar militantes ferozes dispostos a punir e golpear os adversários, sem hesitação.

Apoiado nestas considerações podemos afirmar que o nazismo se alimentou de “colagens” de várias fontes, tais como: na teoria do Estado totalitário, pensado por Hegel; nas idéias nacionalistas de Fichte, nos escritos de Houston Stewart Chamberlain (inglês naturalizado alemão), em algumas idéias recortadas de Nietzsche; na geopolítica de Friedrich Ratzel e Karl Haushofer; e em aspectos da música de Richard Wagner, etc.

Observemos, exemplarmente, o caso da apropriação do pensamento de Nietzsche, sobre o qual estudiosos polemizam. Há os que, de um lado, afirmam que ele não influenciou os teóricos do nazifascismo; o que houve foi “apropriação indébita”. De outro, há os que afirmam que este pensador influenciou forçosamente, na medida em que trechos retalhados de sua obra foram muitos lidos e divulgados na Alemanha nazista, ao contrário de outros autores que tiveram suas obras queimadas. Inclusive, o próprio Mussolini, em alguns de seus textos, “saqueou” Nietzsche, particularmente no **La Philosophie de la Force**.

Em suma, o nazifascismo utilizou-se, ecleticamente, daqueles aspectos das diversas linhas mais reacionárias de pensamento dos mais diversos autores, objetivando utilizá-los como unidade prática. O nazifascismo procurou mostrar que fazia parte de

uma importante linhagem^{vi}. De qualquer forma, há intelectuais, à serviço do nazifascismo, que utilizando-se dos mais diversos autores, procuraram dar corpo a esta doutrina. Eles são vários, mas citamos, apenas, aqueles que nos pareceram fundamentais.

A ESCOLA FASCISTA

A palavra “*fascio*” deriva do latim “*fasces*”, que no contexto pensado por Mussolini significava um pequeno grupo coeso. Este fascio não defendia nenhum programa político-partidário, porém implementava a “dialética dos punhos e dos revólveres”, como assim chamou o militante fascista Jose Antonio Primo Rivera. Para os militantes, a violência era uma dura necessidade, quase uma missão, a que os fascistas deviam se submeter. Os fascistas não acreditavam na “utilidade” da paz perpétua visto que avaliavam que afrouxava a energia humana.

O fascismo não seguia um programa definido, como já foi dito; era um caminho para se conseguir o poder político. Um setor dos operários oscilava entre os extremismos políticos de esquerda e de direita, acabando por aderir ao nazifascismo. Assim, não é estranho que Chefes nazifascistas tenham militado nos partidos e/ou movimentos operários de extrema-esquerda. Mussolini, por exemplo, como militante político fez seu aprendizado como socialista, mas mostrava uma tendência por métodos e princípios de extrema-direita.

Inicialmente o PSI implementou greves e mobilizações populares, influenciado pelo êxito da Revolução russa, mas aos poucos foi se tornando mais comedido. Até que sua ala esquerda – cujas principais correntes eram dirigidas por Gramsci e Amadeo Bordiga – deu os primeiros passos, no sentido de organizar o Partido Comunista Italiano (seção italiana da Internacional Comunista), posto que entendiam que o PSI estava irremediavelmente comprometido com o reformismo. Desse modo, em 1920, os desacordos internos redundaram numa cisão do Partido Socialista, dando origem ao Partido Comunista Italiano.

Mesmo quando ainda fazia parte dos quadros do PSI, os discursos e escritos de Mussolini caracterizavam-se pelo confronto e pelo estímulo à violência, com reduzido interesse pelos aspectos teóricos. Acabou sendo eleito para o Comitê Executivo do PSI, e foi nomeado editor do órgão diário oficial do partido, o **Avanti!**. Todavia, em vez de elaborar editoriais que expressassem a política do partido, Mussolini instrumentalizou o

Avanti! como veículo para suas próprias opiniões, foi forçado a renunciar à sua editoria e acabou sendo expulso.

Depois que foi renegado pelo PSI, Mussolini fundou o Partido Fascista e, para aterrorizar os latifundiários, os industriais, os banqueiros e as classes médias, propagandeava que os comunistas e socialista constituíam exércitos russos, dispostos a implantarem a ditadura do proletariado na Itália. Na realidade, a partir do momento em foi expulso do PSI, Mussolini passou a ruminar um ódio mortal pelo socialismo e um desprezo pelos antigos companheiros de militância. Este sentimento começou a ser alimentado depois dele ter sido obrigado a renunciar à editoria do Avanti!, como mencionamos, e quando passou a combater este jornal por meio do **Il Popolo d'Italia**, financiado pelos industriais e fabricantes de armas italianos. No editorial desta publicação Mussolini escreveu: “*Meu grito é uma palavra assustadora e fascinante: Guerra!*” (HARTENIANI, 1988, p. 31)

Assim, pouco a pouco surgiram nas páginas do Il Popolo d'Italia a versão de que os maiores responsáveis diretos pela crise italiana eram os socialistas, os comunistas e os liberais. Insistindo nesta versão, Mussolini organizou a “*Fasci Italiani di Combattimento*” (grupo de combate) que multiplicou-se rapidamente, financiado pelo grande capital.

Na Itália, depois de 1919, o número de greves elevou-se e ocorreram pilhagens dos armazéns pelos trabalhadores esfomeados. Mussolini compreendeu que os partidos políticos tradicionais eram frágeis para governar e buscou reorganizar um novo partido com características militares, criando as milícias (grupos civis armados). Seus militantes vestiam camisas negras, para simbolizar o luto da Itália. Como Mussolini na Itália, Hitler deteve o poder político na Alemanha para combater os socialistas, os comunistas e os liberais. Ambos, por sua vez, deram apoio maciço ao general Francisco Franco, na Espanha, durante a guerra civil por entenderem que a “ameaça comunista” era internacional.

Em diferentes países, socialistas, comunistas e liberais não conseguiram estabelecer unidade entre si nem entre as diferentes tendências que os compunham. Em 1918, por exemplo, a extrema-esquerda do Partido Social-Democrata – a Liga Espartaquista – rompeu com este partido e fundou o Partido Comunista Alemão. Inspirados pela Revolução Russa, os espartaquistas desencadearam uma insurreição comunista que foi derrotada. O esmagamento desta organização culminou

com os assassinatos de seus mais importantes líderes, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Também na Itália, o movimento revolucionário, que se opunha ao fascismo, não estava muito coeso politicamente. O Partido Socialista Italiano (PSI), de acordo com sua análise de conjuntura, avaliava que a Itália estava entrando numa “situação revolucionária”. Gramsci (Cf: a.KONDER, L., 1977, b.BAUER, O., MARCUSE, H., ROSENBERG, A, 1976) também concordava com esta avaliação - mesmo depois de ter estudado com tanta argúcia o fascismo - e ressaltava que se tratava de um plano político que tinha por meta impor aos socialistas o seu retorno à legalidade constitucional e induzi-los à colaboração de classe. Ainda após fundar o Partido Comunista Italiano (PCI) e de elaborar sérias críticas ao PSI, em fevereiro de 1922, apenas dez meses antes da “marcha sobre Roma” que levou Mussolini ao poder, Gramsci referia-se ao “futuro Estado social-democrata italiano”.

A ESCOLA NAZISTA

O termo “nazismo originou-se de “*nazismus*” do vocábulo composto “*nationalsozialismus*” (nacional-socialismo), doutrina que influenciou o movimento político de mesmo nome, desencadeado pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães e inspirado no fascismo italiano. O manual político-pedagógico do nazismo foi o livro **Mein Kampf**, que Hitler começou a escrever na prisão. O nazismo constituiu parte do fenômeno mundial do fascismo, ou seja nazismo é a forma mais extremada e típica do fascismo. Daí a denominação que utilizamos: nazifascismo.

Não se trata de continuísmo mecânico, porém o nazismo se desenvolveu no bojo da continuidade histórica do militarismo prussiano, caracterizado por ambições expansionistas, rígida disciplina e hierarquia social. Entretanto, não é possível estudar o nazifascismo recorrendo somente às tradições da Alemanha e da Itália, pois Mussolini não era um epígono de Mazzini, nem Hitler era um herdeiro de Bismarck.

Em seu livro, *Mein Kampf*, Hitler considerava o marxismo – “obra do judeu Karl Marx” - uma “calamidade”, um “veneno”, uma “mistificação de embusteiros infames” uma “corja de agitadores judeus” e era um dever exterminá-los por meio da ação militar, como se fossem piolhos. Nesta obra, Hitler evoca o poder mágico do discurso do homem forte. *Mein Kampf* apresenta um discurso agressivo, calcado no anti-semitismo, na concepção de hegemonia mundial, na visão de que a natureza humana é

irremediavelmente cruel, na “conspiração maléfica e universal dos judeus”, na superioridade da raça ariana e na idéia de que a desigualdade entre as pessoas e as raças decorre da ordem natural das coisas. Hitler pensava agir de acordo com o Criador Todo poderoso; ele se julgava predestinado pela Providência, sob a qual se considerava um executor de uma missão grandiosa. Esta confiança fanática em si mesmo e no que considerava sua missão, conferiu a Hitler uma decisão interna irrevogável: *“Eu sigo o caminho que a Providência me indica, com a segurança de um sonâmbulo”* (ANGEBERT, J.M, s/d , p.134).

AS CONDIÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS QUE POSSIBILITARAM O SURGIMENTO DO NAZIFASCISMO

Quando pesquisamos a origem, ascensão, fortalecimento e expansão do nazifascismo, necessário se faz retomarmos, ao menos rapidamente, a questão da Grande Depressão que ocorreu na década de 1930. Situa-se neste período histórico uma das maiores crises cíclicas econômicas já vividas pelo capitalismo. Hobsbawm, (cf.HOBSBAWM, 1995) inclusive, considera que, provavelmente, o nazifascismo não teria se tornado muito significativo historicamente não fosse a Grande Depressão. Neste contexto, como em toda situação de crise nas sociedades de classe, o conflito capital-trabalho era de extrema gravidade para a classe trabalhadora em, praticamente, todos os países. Como sabemos, os trabalhadores foram convocados a arcar com a crise – como sempre – e conseqüentemente haviam milhões de desempregados nos países que ficaram desconjuntados economicamente.

Foi nesta década que intelectuais conservadores, a burguesia e a classe média – em processo de proletarização – estimularam formas de pensamentos que justificassem essa situação caótica e regimes políticos autoritários que garantissem a ordem capitalista. É nesta atmosfera, portanto, que o nazifascismo consegue assumir o poder na Áustria, Bulgária, Polônia, Hungria, Espanha, Portugal, entre outros países, e há alguns historiadores que entendem, ainda, o militarismo japonês como uma variante do fascismo.

Em outro sentido, como decorrência política, essa Grande Depressão contribuiu, enormemente, para a polarização de forças com interesses diferentes; ou seja, acirrou o contraste entre propostas das Frentes Populares^{vii}, (que tinham uma unidade por demais lassa), e o Fascismo. Ou seja, a polarização social se deu entre – de um lado – a

burguesia (industrial e financeira) junto a classe média; e – de outro – a radicalização proletária, organizada em movimentos revolucionários, dirigidos pela III Internacional. Na interpretação stalinista sobre o nazifascismo há um esquematismo em certas afirmações. Os limites teóricos deste esquematismo foi se impondo na medida que a Internacional Comunista ia perdendo a sua autonomia, para se tornar, na prática, um órgão da política estatal da URSS. Os stalinistas, que tinham hegemonia na Internacional, usavam o epíteto “fascista” nos debates com os opositores internos, notadamente os militantes ligados ao trotskismo. O stalinismo caracterizou-se pela tentativa de esquematizar a realidade.

Para os militantes trotsquistas, a luta contra o fascismo teria que se dar, inclusive, com o uso de armas, doutra forma seria inconseqüente e inócua. Neste debate, os trotsquistas afirmaram a importância que as classes médias tiveram no aparecimento e no processo de afirmação do nazifascismo na Itália e na Alemanha. A análise de Trotsky sobre o nazifascismo era muito mais profunda e sutil do que a da Terceira Internacional. Segundo seu pensamento, a sociedade contemporânea era composta por três classes sociais: a alta burguesia, o proletariado e as classes médias (ou pequena-burguesia). Por causa de sua situação econômica, as classes médias não podem ter uma política independente, oscilando sempre entre os capitalistas e o proletariado. Todavia, a relação classes médias-nazifascismo não pode ser unilateral. O trotsquismo abordava problemas reais que o stalinismo impedia de serem discutidas.

Internacionalmente, países nazifascistas, principalmente Itália e Alemanha, tinham projetos políticos de domínio e expansão territorial “(...) y *disfrazando mentirosamente la disputa mundial entre los imperialistas bajo la mentira de una guerra nacional y social de liberación contra el capital de los monopolios*” (LUKÁCS, George, p.622). De outro lado, os países com prática democrático-liberais, também confusos internamente, promoviam uma política de apaziguamento pois, vitoriosos na guerra, porém profundamente enfraquecidos, sentiam-se incapazes de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos que vieram à tona nos anos que se seguiram após a Primeira Guerra Mundial.

Isto se deu pelo fato de que, após o término da Guerra, os EUA foram se consolidando como potência e alguns eventos contribuíram para isto: entraram quase no fim da Guerra e todos os países aliados (França e Inglaterra, em especial) ficaram com altas dívidas financeiras para com o Estado norteamericano, fruto dos empréstimos

contraídos no desenrolar e ao final da Guerra. Importava-se quase tudo dos EUA, o que dava uma certa aparência de riqueza generalizada neste país, fazendo com que os capitalistas americanos investissem em, praticamente, todos os países. Todavia, este crescimento dava-se em bases muito frágeis, que a chamada “Crise de 29” tratou de derrubar e até parecia indicar a “bancarota do capitalismo”. Era o fim do “*American way of life*”, como sabemos. No mundo capitalista, no século XX, principalmente, entre os anos 20 e 30, as relações espontâneas do mercado (a “mão invisível”) não pareceram fortes o suficientes para contornar uma crise que começava a parecer crônica e que produziu, como consequência, desemprego generalizado.

Antes da Primeira Guerra Mundial já existiam condições prévias e raízes sociais/morais para o desenvolvimento do nazifascismo. Tal atmosfera, porém, não tinha hegemonia. A crise produzida pela guerra foi a causa fundamental da expansão e aprofundamento das questões econômico-sociais e político-morais, propícias ao nazifascismo. O nazifascismo, todavia, não foi de fato inevitável e não correspondia a uma necessidade imperativa.

Não é possível, portanto, desvincular o surgimento dos partidos nazifascistas com as questões do capitalismo e do imperialismo. Tais partidos surgiram e se expandiram no período entre guerras (1919-1939). O nazifascismo surgiu na passagem do capitalismo industrial competitivo ao capitalismo financeiro-industrial, de caráter monopolista. Neste sentido, o nazifascismo fortaleceu, a longo prazo, o grande capital, pois buscou alianças com as elites dirigentes e tecnocráticas. A primitiva base nazifascista, que refletia a crise e a vontade de mudanças das classes médias, incompatibilizou-se com Mussolini e com Hitler.

Podemos distinguir duas alas extremas no interior dos partidos nazifascistas: “esquerda” e “direita”. A esquerda nazifascista foi progressivamente eliminada, em razão inversa do fortalecimento da direita. Pudemos observar assim que internamente o nazifascismo tinha divergências com um setor mais a esquerda e opositores externos à algumas de suas orientações. Em razão disto o nazismo realizou expurgos internos caracterizados pela eliminação de sua extrema-esquerda nazista, e expurgos externos, pela destruição da oposição. Depois que Mussolini e Hitler depuraram grande parte dos militantes, as organizações nazifascistas foram reduzidas a instrumentos políticos bem mais dóceis

Todo Estado nazifascista tornou-se uma ditadura, mas nem todas as ditaduras tornaram-se nazifascistas, ainda que possam ter incorporado alguns de seus elementos. No Brasil, por exemplo, o Estado Novo incorporou muitas das idéias presentes no programa integralista. O direitismo exacerbado do nazifascismo tem pouco em comum com o conservadorismo tradicional. O nazifascismo implantou ditaduras políticas, com todas as suas implicações: perseguições, tortura, terror, eliminação de expressão política e cultural. Embora os partidos nazifascistas se apresentassem como “de trabalhadores”, foi a classe média que se tornou o maior campo de ação de suas propagandas. O programa dos partidos nazifascista previa, entre outros pontos, a cassação da cidadania dos judeus que não teriam direito a emprego público ou a trabalhar na imprensa, devendo ser expulsos do país. As medidas de perseguição culminaram com os campos de concentração e o genocídio.

Para estabelecer o partido nazifascista como partido único foi necessário buscar a destruição dos partidos liberais, socialistas e comunistas. De modo particular os partidos comunistas foram tratados com extrema brutalidade. Neste sentido, enquanto principal força combatida pelos nazifascismo não podemos deixar de mencionar rapidamente a origem do partido comunista. Os partidos comunistas surgiram de dissidências no Partido Social Democrático. A nomenclatura “comunismo”, enquanto partido político com programa e métodos de luta específica nunca existiu antes da Revolução Russa de 1917. Já o socialismo precedeu Marx e Engels, tendo em vista que surgiu durante a Revolução Francesa com Babeuf e Buonarotti, seguidos por outros.

Como sabemos, o Partido Social Democrático foi, no século XIX, o partido político de Marx e Engels, e também foi, no início do século XX, o partido de Rosa Luxemburgo; entretanto, em 1959, este partido repudiou explicitamente o marxismo. O que levou ao surgimento de movimentos politicamente mais à esquerda. Tais movimentos inspiraram-se no Estado que Lenin, Trotsky e demais camaradas estavam criando na União Soviética. Inclusive, Lenin convocou o primeiro congresso da III Internacional Comunista com o intuito de depurá-la do reformismo e torná-la, de fato, revolucionária e insurrecional. Desse modo, os revolucionários se reagruparam em partidos comunistas. A primeira ação vitoriosa dos comunistas, liderados por Lênin, foi a Revolução Russa de 1917 e constituiu-se num centro irradiador de pensamento e práticas, fortalecendo o movimento operário e isto amedrontou as forças capitalistas centrais. Segundo Hobsbawn:

A ascensão da direita radical, após a Primeira Guerra Mundial, foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular (HOBBSAWM,E.,1995, p.127).

O PARTIDO NAZIFASCISTA NO BRASIL

O Brasil não ficou imune às influências internacionais do nazifascismo. Na realidade, idéias fascistas exerceram fortes influências sobre várias lideranças políticas brasileiras. Em 1930 surgiu o Partido Fascista Brasileiro e, nos dois anos seguintes, mais de dez organizações semelhantes tinham se estabelecido. Este partido foi fundado pelo oficial do Exército Afonso Rodrigues Filho. Já em 1932, estavam em atividade a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), o Partido Nacional Sindicalista, o Partido Nacionalista de São Paulo, o Partido Nacional Regenerador e a Ação Integralista Brasileira. Como o ponto comum entre as organizações fascistas era a idéia de centralização política, elas acabaram por se fundir na Ação Integralista Brasileira. O termo “integralismo” designa a doutrina político-filosófica e a AIB foi a forma partidária de que se revestiu o integralismo entre 1932 e 1937.

O integralismo teve forte penetração entre os jovens. A maioria dos dirigentes tinha menos de 30 anos de idade. A AIB tinha na luta contra a “ameaça vermelha” um de seus principais eixos. Inspirando-se no fascismo italiano, o integralismo propunha um Estado corporativo baseado não no voto direto, mas na representação das várias classes sociais, sob o rígido controle do governo. Para garantir “a ordem e a disciplina”, os integralistas defendiam a militarização de toda a vida nacional: O Comitê Integralista afirmava o seguinte:

Batemo-nos pelo Estado integralista. (...)Queremos a reabilitação do princípio de autoridade, que esta se respeite e faça respeitar-se. Defendemos a família, instituição fundamental cujos direitos mais sagrados são ípronscritos pela burguesia e pelo comunismo (...). Opomo-nos ao voto universal: quanto mais ele ganha em extensão, menos real, menos consciente se torna. Necessidade, portanto, da eleição indireta (RODRIGUES, Leôncio. M. 1980, p.129).

O pensamento de extrema-direita, no Brasil, procurou respaldo em Oliveira Viana e Azevedo Amaral. De acordo com Oliveira Viana, existiam “mulatos inferiores” e “mulatos superiores”. Os mulatos superiores eram “arianos pelo caráter e pela inteligência” e herdaram as qualidades da “raça nobre”. No Brasil, havia uma atmosfera

propícia à penetração de idéias nazifascistas junto à classe média. Isto era reforçado pelo sistema político brasileiro, uma vez que estavam presentes, também, idéias direitistas, nos movimentos políticos. Concretamente, as influências nazifascistas se concentraram e se expressaram no movimento político conhecido por “integralismo”. Este nome derivou do fato que preconizava um Estado “integral”, ou seja, que englobasse todas as forças materiais e espirituais do país. O integralismo constituiu-se no primeiro “partido” de extrema-direita com influências de massas, no Brasil. Plínio Salgado considerava que o Estado liberal era “impotente e ridículo” e que havia enfraquecido e castrado os seus governos. Apesar de ser influenciado pelo nazifascismo europeu, o integralismo não pode ser reduzido a simples mimetismo ideológico.

O integralismo se desenvolveu na década de 1930, sob a influência dos movimentos de extrema-direita que surgiram na Europa. Em seu “programa” constava uma concepção rígida da organização da sociedade, com base nos princípios de hierarquia e disciplina. Para os integralistas, o liberalismo era ineficaz contra a luta de classes e beneficiava o comunismo, na medida em que não eliminava as tensões sociais e os conflitos. Para os integralistas, Revolução era, antes de tudo, um “movimento de cultura e espírito”; mas, a difusão da “cultura” requer um braço armado.

A exemplo de Hitler, Plínio Salgado também era admirador de Mussolini. Desde o momento em que Plínio Salgado entrevistou-se com Mussolini, passou a tê-lo, definitivamente, como modelo. As forças de extrema-direita, no Brasil, uniram-se na Ação Integralista Brasileira, sob a liderança de Plínio Salgado, que deixou influências políticas duradouras. A AIB apresentava-se como se estivesse acima dos partidos políticos e como radicalmente contrária a estes. Apresentava-se, também, como vanguarda nacionalista no combate ao comunismo, ao capitalismo internacional e à liberal-democracia. O lema central do integralismo era: “Deus, Pátria e Família”. A AIB também manteve um serviço de espionagem voluntário e sem remuneração.

Há dois textos muito apreciados pelos militantes integralistas: o **Manifesto de Outubro** e o **Abecedário**. O documento histórico do integralismo, o Manifesto de Outubro, foi elaborado por Plínio Salgado para a Legião Revolucionária de São Paulo, e acabou se constituindo na base doutrinária da AIB. Idéias aí contidas, entre outras, combatiam os partidos políticos e proclamavam a falência dos Estados liberais. Plínio Salgado considerava que o Brasil não podia mais continuar a viver a “comédia democrática”, como escreveu numa de suas cartas: “*Tenho estudado muito o fascismo.*”

Não é exatamente o regime de que precisamos aí, mas é coisa semelhante". (E. M. INTERNACIONAL, p.6112)

Apesar da forte luta interna, no primeiro Congresso Nacional Integralista, Plínio Salgado consolidou em suas mãos a direção nacional do movimento. Dentro do movimento integralista a principal rivalidade deu-se entre Plínio Salgado e Gustavo Barroso. No dia 7 de setembro de 1934, em torno de 200 mil integralistas, com suas vistosas camisas verdes, desfilaram em quase todas as capitais do Brasil. Nas passeatas a que se seguiram registrou-se conflitos com socialistas e comunistas.

A militância da AIB era dirigida pelo Chefe Nacional, assessorado por dois organismos de "funções consultivas": a Câmara dos Quatrocentos e a Câmara dos Quarenta. Os militantes estavam obrigados a obedecer, imediatamente, às ordens dos chefes. Desse modo, a AIB conseguiu reunir grande número de militantes e possuía características semelhantes às do fascismo: uniformes, bandeiras, lemas, hinos, saudações, etc. A AIB tinha organizações específicas: os "Vanguardeiros", para crianças de 10 a 12 anos e os "Pioneiros" para adolescentes de 13 a 15 anos

Partidos são "partes" que lutam pela hegemonia do poder político. Assim, no Brasil, "legiões" e organizações uniram-se na AIB. Em tais entidades os militantes recebiam, inclusive, instrução militar. Dentre as mais significativas podemos destacar: a Legião Cearense de Trabalho, a Ação Social Brasileira (que tinha por lema: "a lei acima do homem, a ordem acima da lei, o direito acima da ordem e a pátria acima de tudo"), o Partido Nacional Sindicalista e – por um certo período – a Ação Imperial Patrianovista.

Apesar do caráter fraudulento da publicação vieram à lume, no Brasil, primeiramente graças aos esforços do integralista Gustavo Barroso, **Os Protocolos dos Sábios de Sião**, que os nazifascistas consideram o "programa judaico de conquista mundial". No programa do integralismo constava o combate ao "judaísmo internacional", à maçonaria, ao comunismo (que era considerado como epifenômeno do judaísmo) e ao liberalismo. Avaliava que o socialismo e o capitalismo eram como "dois rostos de uma mesma cabeça". A maioria dos teóricos do integralismo foram reticentes no tocante à questão judaica, embora constasse no ideário comum. A tendência anti-semita era, no entanto, muito difundida entre os militantes de base. Podemos ressaltar o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso, entre os teóricos do integralismo. De acordo com este entendimento, pessoas que traziam no corpo os "sinais da degeneração" deveriam ser exterminadas. Reiterou-se a determinação biológica da

inferioridade dos oprimidos até, pelo menos, a derrota do nazifascismo na II Guerra Mundial. Há um livro muito conhecido de Jorge Amado – **Tenda dos Milagres** – cujo enredo também se passa no contexto de idéias nazifascistas, ou “dos bandidos arianos, assassinos de judeus, negros e árabes.” (AMADO, J. 2001, p.23). Este livro, como sabemos, combate o preconceito racial e religioso; avalia como positivo o processo de miscigenação e sincretismo. Um dos personagens do livro, expressa influências de idéias nazifascistas, tais como:

A superioridade da raça ariana. A inferioridade de todas as demais, sobretudo da negra, raça em estado primitivo, subumano. A mestiçagem, o perigo maior, o anátema lançado contra o Brasil, monstruoso atentado: a criação de uma sub-raça no calor dos trópicos, sub-raça degenerada, incapaz, indolente, destinada ao crime. Todo o nosso atraso devia-se à mestiçagem. O negro ainda poderia ser aproveitado no trabalho braçal, tinha a força bruta dos animais de carga. Preguiçoso e salafrário, o mestiço, porém, nem para isso servia. Degradava a paisagem brasileira, apodrecia o caráter do povo, empecilho a qualquer esforço sério no sentido do progresso ... (AMADO, J. 2001, p.274)

O integralismo declarou guerra de morte à liberal democracia, mais até do que contra o socialismo, pois o liberalismo era considerado a causa do socialismo. A concepção de história dos teóricos do integralismo apóia-se numa interpretação maniqueísta do desenvolvimento da sociedade, onde se defrontam incessantemente o bem contra o mal, o materialismo contra o espiritualismo. A democracia é considerada sempre prejudicial, por isso o critério numérico deve ser substituído pelo critério da “competência”.

Vargas defrontou-se com duas principais forças organizadas os comunistas e os integralistas, que poderiam ameaçar o seu governo. Durante o *putsch* conhecido por “intentona comunista”, o integralismo colocou-se ao lado do Governo Vargas, na repressão aos comunistas. Mas, depois de desarticular as forças de esquerda, Vargas também voltou-se contra os integralistas. As organizações paramilitares dos integralistas tentaram se camuflar em Escola de Educação Moral e Cívica, mas não adiantou. Com a implantação do Estado Novo foi fechada a AIB. Os integralistas tentaram um último golpe de força, mas foram malogrados na chamada “intentona integralista”, em 1938, quando grande número de seus militantes e lideranças foram presos.

As perspectivas do Estado Novo não eram iguais às dos integralistas, mas, o estadonovismo implementou várias medidas que faziam parte do projeto integralista, presente na sua doutrina, tais como: flerte com o nazifascismo, anticomunismo, fechamento dos partidos políticos, repressão ao movimento operário, política educacional vinculada ao governo e uso da propaganda. O movimento integralista não desapareceu em definitivo com sua proibição e, depois da deposição de Vargas, rearticulou-se, em 1945, com a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), que se definia como “partido ideológico”. Claro que este partido teve que remodelar seu discurso e reformular sua doutrina. Sob a direção de Plínio Salgado o PRP reagrupou os integralistas mais fiéis ao antigo Chefe, até a dissolução dos partidos políticos pela ditadura militar, em 1965. A ruptura com algumas lideranças do integralismo foi a principal dificuldade à rearticulação integralista. O PRP tinha alguns elementos centrais em sua doutrina, tais como: anticomunismo, nacionalismo, “espiritualismo” e centralização do poder político. Não há, todavia, estudos conhecidos sobre a atuação da militância integralista no período posterior a 1965. Após o golpe militar de 64, Plínio Salgado filiou-se à ARENA.

No Brasil, durante a ditadura militar, ficaram muito conhecidas várias organizações de extrema-direita, ligadas aos aparelhos repressivos, tais como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que espancavam, perseguiam, torturavam e assassinavam militantes da esquerda. Ao que consta, apesar de alguns pontos de convergência, as organizações de extrema-direita dos anos 60 e 70 não reivindicaram, politicamente, para seu “programa” o nazifascismo.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo buscamos entender o nazifascismo como escolas de contra-revolução. Mussolini e Hitler foram chefes da contra-revolução triunfante, constituída em um fenômeno internacional que influenciou inclusive lideranças brasileiras. Os movimentos nazifascistas surgiram historicamente de forma relativamente “espontânea”, porém o capitalismo encontrou no nazifascismo condições de reprodução. Assim, o nazifascismo somente chegou ao poder quando os capitalistas se decidiram a utilizá-lo como instrumento de destruição da organização operária. O nazifascismo enquanto regime é capitalista, mesmo que tenha um discurso que apresenta elementos anticapitalistas. A concepção fascista, portanto, é contra-revolucionária e entende que

esse processo dever gerar o Chefe capaz de suscitar a formação de uma nova elite dirigente. O partido nazifascista buscava a reconciliação entre o capital e o trabalho e julgava que a democracia quebrava a unidade da sociedade dividindo-a em partidos políticos. Afirmava que a democracia leva ao imobilismo, na medida em que um partido anula os projetos e os esforços do outro. O nazifascismo encarregou-se de projetar a visão apocalíptica e totalitária de uma sociedade em que se defrontam “as forças do Mal” - encarnadas, principalmente nos socialistas, nos comunistas, nos liberais e nos judeus – com as forças do Bem, corporificadas pelas organizações nazifascistas.

Adentrando no terceiro milênio, os nazifascistas mais perspicazes talvez tenham preferido renunciar à militância política em organizações excessivamente ligadas aos modelos nazifascistas “clássicos” e ingressaram em partidos políticos “respeitáveis”. O capitalismo não pode extinguir definitivamente o nazifascismo porque precisa dele. Claro que, nas condições atuais, o capitalismo não poderá recorrer ao modelo rígido do passado: o nazifascismo precisa ser reinventado. As influências nazifascistas permanecem em estado difuso; não se trata de algo morto no passado, este fenômeno poderá reaparecer, com outras roupagens ou como fraseologia. Ainda, porém, que o antifascismo possa se reduzir a mera fraseologia, ajuda a perpetuar alguma coisa do fascismo, como bem disse Wolfgang Fritz Haud, em seu escrito **Der hilflose Antifaschismus**: *“Wo der antifaschismus eine phrase ist, perpetuiert er Faschistisches”*.

Como se trata da sobrevivência do capitalismo, como já dissemos, os massacres nazifascistas não imunizaram a sociedade mundial; subsistem ainda hoje focos notórios em vários países, aptos a influenciar as pessoas. Toda ideologia não se desfaz tão somente por seu desvelamento; é sobejamente conhecida a persistência de seu conteúdo. Idéias de extrema-direita ocorrem sempre em meio às crises político-econômicas, em prol da manutenção da “ordem”. Tais idéias não tardam a explodir no plano sociológico, produzindo ódio e humilhação.

O nazifascismo pode ser estudado como movimento e como regime político. No caso brasileiro o integralismo foi um movimento político contra-revolucionário com influência de massa que jamais ascendeu ao poder. Além disso, o integralismo não foi uma transposição mecânica de movimentos estrangeiros; ele obteve inserção no pensamento autoritário brasileiro.

O nazifascismo, portanto, foi o resultado do agravamento da luta de classes e não se reduziu a uma milícia ao serviço do capitalismo; constituiu um movimento, relativamente autônomo, com lógica e finalidades próprias. Como para o nazifascismo a luta de classes é um aspecto permanente da existência humana – uma “realidade trágica insuperável” - é preciso discipliná-la. Segundo Hitler e Mussolini, o capitalismo estava “doente”, mas eles não queriam destruí-lo e sim “curá-lo”. O partido único nazifascista era considerado o instrumento capaz de realizar aquilo que o liberalismo não conseguira fazer. Para realizar isso Hitler e Mussolini dirigiram vastíssimos aparelhos de repressão e extermínio.

Há dois marcos importantes no surgimento e expansão dos partidos nazifascistas: a “Marcha sobre Roma”, dirigida por Mussolini e o “*Putsch* de Munique”, dirigido por Hitler. O uso contínuo do simbolismo militar, feito pelos nazifascistas, serviu para manter a população anestesiada com guerras, conquistas e glórias.

Hitler tinha admiração por Mussolini e considerava o fascismo italiano um modelo a ser seguido. Inclusive, Hitler chegou a solicitar uma fotografia autografada de Mussolini. Entre outras imitações, a saudação nazista foi copiada do gesto fascista e este, por sua vez, havia se baseado na saudação dos antigos legionários romanos.

O nazifascismo foi uma das alternativas políticas para o desenvolvimento do capitalismo. Fora da Europa, os partidos nazifascistas desenvolveram-se apenas nuclearmente. As nações que entraram tardiamente na fase industrial e na disputa colonial-imperialista do final do século XIX mostraram-se mais propensas à instauração dos partidos nazifascistas. Nestes países, o Estado totalitário serviu para acelerar o processo de monopolização interna do capitalismo e impulsionar o expansionismo.

Vale ressaltar que as divergências e a desunião dos partidos socialistas, comunistas e liberais, frente à avalanche nazifascista, contribuíram para o esmagamento político da sociedade. Ninguém que pensava diferente escapou. A violência nazifascista atingiu também os liberais.

Sob os Estados nazifascistas, todos os partidos foram dissolvidos, jornais de oposição foram fechados e deputados foram expulsos do parlamento. O nazifascismo conseguiu paralisar e, muitas vezes, destruir o movimento operário organizado nos sindicatos; também mobilizar setores importantes da própria classe operária. Na Itália, ainda que com bem menos intensidade, houve o recurso ao anti-semitismo como arma política.

É claro que os partidos nazifascista não eram blocos absolutamente coesos e harmônicos. Havia importantes conflitos entre as diversas frações políticas e organizações que compunham o nazifascismo. Muitas vezes tais conflitos, no interior do nazifascismo, tiveram um desfecho sangrento, como quando da eliminação de sua extrema-esquerda. Para a extrema-esquerda anticapitalista do partido nazifascista era necessário dirigir-se com o mesmo rigor contra a direita conservadora, do mesmo modo que foi feito com os marxistas. Hitler considerava a extrema-esquerda nazifascista como “excessivamente socialista e radical”. Vários líderes dessa ala foram assassinados, na “noite dos facões”. Mussolini também procurou eliminar qualquer elemento de independência entre seus seguidores: líderes fascistas foram afastados e substituídos por pessoas de sua confiança.

O nazifascismo recebeu o apoio direto ou indireto da Igreja, que temia os bolcheviques. Os conservadores de direita apoiaram Hitler e Mussolini com a expectativa que iriam controlar os partidos nazifascistas e torná-los instrumentos para seus objetivos. Bem cedo perceberam que isto era uma mera ilusão. Entretanto, com a eliminação dos socialistas, dos comunistas e da extrema-esquerda nazifascista isso tranqüilizou parte dos industriais, dispostos a simpatizar com os nazifascistas.

Os partidos nazifascistas pretendiam a construção do “homem novo”, pois de acordo com eles era preciso reencontrar para a “multidão solitária” o sentimento de pertencer a algo. A violência e o terror, segundo eles não era para serem exercidas em razão dos interesses pessoais e sim em função da Nação, do Estado, e do Partido.

A doutrina nazifascista buscava eliminar as pessoas que considerava improdutivas da sociedade (“os inúteis”, os “aleijados”, “os incapazes”, “os inferiores”, e “os parasitas”) e esta idéia, na prática, levou ao racismo. O anti-semitismo foi a expressão mais horripilante desta idéia, traduzida numa política de extermínio com métodos industriais. Os partidos nazifascistas queriam a colaboração entre as classes sociais e que levasse ao fortalecimento de uma rica classe média. Por ser um movimento anticomunista, o nazifascismo foi apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade. Dentre os “males”, Bolchevismo e Nazifascismo os conservadores optaram pelo que consideravam menos pior – que nesse caso era o nazifascismo.

A crítica que fazia ao capital foi se abrandando, na medida em que o nazifascismo se depurou de sua oposição interna. Assim, o nazifascismo passou a distinguir o “capital de rapina” e o “capital criativo”, e a estes últimos procurou fortalecer.

O fim que tiveram Mussolini e Hitler é de conhecimento público: o *Duce* foi deposto e, depois de capturado, foi fuzilado. O *Fuhrer* se suicidou em seu *bunker*. Com a destruição militar do poderio nazifascista, houve uma debandada geral de chefes e militantes, com a subsequente perda de sua base de massas. Para concluir com uma analogia queremos dizer que o nazifascismo enquanto “plantação” foi destruído; as suas sementes, porém, não o foram e permanecem subterrâneas, podendo brotar desde que encontrem solo propício.

Queremos concluir este artigo com afirmação de que, como não é algo fixo, o nazifascismo poderá ressurgir com o deslocamento dos partidos conservadores ainda mais para a direita, com a decepção nas instituições e nas leis, com a instabilidade social e o desemprego, com as frustrações político-sociais, com a corrupção, com a impunidade e com as situações de grave crise econômica.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, J. **Tenda dos Milagres**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ANGEBERT, J.M. “A Personalidade de Hitler”, in: **Hitler por ele mesmo** São Paulo: Martin Claret Editores, s/d. p. 134.
- APLE, M. **Educando a direita**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- BAUER, O., MARCUSE, H., ROSENBERG, A. **Fascismo y Capitalismo**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1976.
- BURONT, T. **Os Fascismos**. Rio de Janeiro: Ed. Folha Carioca, 1979.
- CALIL, G. G. **O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- CONCEIÇÃO, G.H. **O Partido militar e as escolas do Exército**. Cascavel: Edunioeste, 2003
- DE LIMA, Delcio Monteiro. **Os senhores da direita**. Edições Antares, 1980.
- E.M. INTERNACIONAL. Integralismo. S Paulo: Britânica do Brasil, 1987, v.12, p. 6112
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: **Brasil em Perspectiva** (Organização e Introdução Carlos Guilherme Mota). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1987.
- FELICE, R. **Explicar o Fascismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1976.
- GUIRALDELLI, Jr., P. **Pedagogia e Luta de Classes no Brasil (1930-1937)**. Ibitinga: Humanidades, 1991.
- HARTENIAN, L. **Mussolini**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.
- HITLER, A. **Minha Luta**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.
- LUCKAS, John. **O Hitler da História**. Jorge Zahar, 1998.
- MERRISSE, Antonio. [et al] **Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- PAIVA, M.W. (org.). **Hitler por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret Editores, s/d.
- REVISTA DO MOVIMENTO POR UM NOVO PARTIDO. Novo Partido em Debate. Número zero – Fevereiro de 2004.
- RODRIGUES, Leôncio (Consultor) **COLEÇÃO NOSSO SÉCULO. Vol.3 (1930-1945. A era de Vargas)** São Paulo: Abril Cultural, 1980.

- SCHLESINGER, H., e PORTO, H. **Anatomia do Anti-Semitismo** . São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- SOLA, Lourdes. **O Golpe de 37 e o Estado Novo**. In: **Brasil em Perspectiva** (Organização e Introdução Carlos Guilherme Mota).Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1987.
- TRINDADE, Hégio. **Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)**.São Paulo: Difel: Porto Alegre: UFRGS, 1974. (Coleção Corpo e alma do Brasil).

NOTAS

ⁱ Usamos, neste trabalho, o termo nazifascismo para nos referirmos aos movimentos liderados por Mussolini e por Hitler, que se influenciaram mutuamente. Nazismo é a forma mais extremada e típica do fascismo.

ⁱⁱ Franco, inclusive, alegava que “*no hay redención sin sangre*”.

ⁱⁱⁱ “A submissão total era metade do caminho para o culto à personalidade de Salgado, admirado e repetido pelos correligionários como um semideus. Havia requinte nos detalhes. Até o número de vezes que os liderados deveriam, com o braço erguido, saúda-lo com o “Anauê”, palavra que, em língua tupi significa “você é dos nossos” ou “você é parente”, o distinguia dos outros. Como chefe nacional, atribuiu-se o direito a três aclamações: “Anauê! Anauê! Anauê!”. Era o único. Os anuês diminuíam à medida em que a hierarquia baixava. (DE LIMA, Delcio Monteiro. **Os Senhores da Direita**. Edições Antares, 1980, p.87.

^{iv} Como a Igreja ainda não abriu, plenamente, os arquivos do Vaticano à pesquisadores, não é possível avaliar em toda a sua extensão o grau de adesão e/ou omissão de dirigentes católicos ao nazifascismo.

^v Cf. HUISMAN, Denis. **Dicionário dos Filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 473.

^{vi} Uma vez llegado al poder, el fascismo tratará de hacerse unos antepasados, como cualquier nuevo rico que colecciona blasones. Recurrirá a la tradición de los Güelfos, e la Contrarreforma, al Romanticismo: todo puede servir en esa febril búsqueda de antecedentes. A pesar de estos esfuerzos, antes y después de su victoria el fascismo quedará reducido a los subproductos de un pragmatismo grosero, a la hipertrofia del poder, cuyas manifestaciones más llamativas son su nacionalismo exacerbado y su glorificación del Estado” BAUER.,MARCUSE.,ROSENBERG.**Fascismo y Capitalismo**Ediciones Martinez Roca S.A.1967,p191-192

^{vii} Movimentos antifascistas que reuniam, principalmente, liberais, anarquistas, comunistas, socialistas (radicais e moderados) e minorias nacionais).